

A dinâmica capitalista da produção social do espaço e da moradia: implicações na vida cotidiana das mulheres

2º Jornadas del CEUR
Espacio, tecnología y acumulación:
los senderos del desarrollo y sus límites



Autoría

Daiane da Silva Pacheco Nery
PPGPUR/IPPUR-UFRJ, e-mail:
daianepacheco.adm@gmail.com

Objetivos

O presente trabalho busca revisitar e adensar contribuições sobre a (re)produção do espaço e da moradia a partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista. Nos interessa refletir como as relações capitalista-patriarcal-racista interferem no e pelo espaço e afetam a vida cotidiana das mulheres, reproduzindo múltiplas opressões e desigualdades que se combinam e se entrecruzam, sobretudo, nas formas de acesso à moradia digna. Todavia, como o espaço não é neutro e nem uma totalidade fechada, estamos engajados a mostrar as aberturas através dos conflitos, lutas e resistências protagonizadas pelas mulheres na garantia do direito à moradia, pela reapropriação do espaço e pela construção de um espaço diferencial.

Abordaje teórico-metodológico

A partir de uma perspectiva marxista-lefebvriana e feminista, o presente trabalho revisita o debate sobre a produção do espaço urbano e da moradia, adensando novas contribuições e proporcionando um debate rico e potencializador de uma ação transformadora que se faz urgente e necessária.

Esse caminho requer a construção dialética de um horizonte que ocorre a partir de dois movimentos centrais: a) no campo da teoria social crítica, busca-se dar centralidade a categoria de produção capitalista do espaço e da moradia e suas implicações na vida das mulheres, trazendo a possibilidade de questionar e redefinir a elaboração de saberes produzidos sem considerar interseccionalmente as relações de gênero, raça e classe; b) no plano da prática política emancipatória, evidenciar as formas de (re)apropriação dos modos de habitar através das experiências e das lutas cotidianas na vida urbana protagonizadas por mulheres, destacando-se o enfrentamento e a superação das desigualdades no acesso à moradia.

Resultados

O espaço, dimensão fundamental da vida, sob a égide do capitalismo, produziu uma sociedade repressiva, opressora e desigual para as mulheres, hierarquizando-as e limitando-as a uma pequena parte do espaço voltado a reprodução da vida, invisibilizando-as diante de uma “ditadura do espaço dominante”. Todavia, a lógica dominadora-repressiva na (re)produção do espaço não determina a vida cotidiana, e como se trata de uma totalidade aberta, as mulheres protagonizaram históricas disputas, lutas e resistências cotidianas em confronto direto com a estrutura de dominação e relações de poder instauradas.

No Brasil, especificamente no século XX e XXI, a luta pelo direito à cidade e à moradia digna passa a ser eixo estruturante e ganha palco central na cena pública notadamente das mulheres negras, que residem em maior número nas áreas periféricas desurbanizadas. Seu protagonismo, no âmbito nacional e internacional, promoveram conquistas históricas, tais como: garantia de creches e estabelecimentos de pré-escola em conjuntos residenciais financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (Lei 8.978/1995), preferência da titularidade do imóvel em habitação de interesse social (Lei nº 11.124/05), da titularidade feminina em casos de regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (Lei nº 11.977/09) e da priorização das mulheres responsáveis pela unidade familiar em programas de habitação social (Lei nº 11.977/09).

Conclusiones

No Brasil, a década de 2000 se configura por conquistas significativas no âmbito formal/legal, em especial com a implementação da Política Nacional de Habitação, em 2004, que representou um avanço significativo para assegurar o direito à moradia digna à população de baixa renda, sobretudo, no marco da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), em 2009, onde as mulheres responsáveis pela unidade familiar foram priorizadas, todavia, tais avanços se relativizam quando consideramos outras mediações que qualificam a política habitacional, como a questão da inserção urbana da moradia, a qualidade das tipologias construtivas e dos projetos habitacionais e a inversão dos padrões segregadores da urbanização.

Para as mulheres, que são, no computo do Programa Habitacional, percentualmente o segmento de maior participação, o ‘novo morar’ tem se transformado em uma realidade marcada pelo reforço da segregação, ausência de acesso aos serviços sociais básicos, rompimento da rede de proteção e apoio. No plano da práxis cotidiana as discriminações e desigualdades no acesso ao direito à moradia digna continuam a persistir. A luta pelo direito à moradia é constante, e se impõem em diversos espaços de decisão, como determinante para assegurar uma vida digna, com segurança de posse e sem despejos e remoções.

Atualmente, a garantia do direito à moradia no Brasil encontra-se em um horizonte de devastação total, afetando drasticamente a política de habitação de Interesse Social e o enfrentamento às desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe. Entretanto, como sinaliza Lefebvre (2001), a vida cotidiana é obra. E não há obra sem pensamento e ação. Portanto, cabe a nós refazê-la, direcioná-las ao campo de possibilidades que mostrem novos horizontes possíveis. Idealizar territórios emancipados e emancipatórios é resgatar a memória do lugar, o sentido do encontro, da solidariedade, da festa, do habitar com o fim de assegurar moradias sociais e acesso a serviços públicos para uma vida digna.

Imágenes



Agradecimientos

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR (UFRJ)

Ao UrbanoSS – Grupo de Estudos Marxistas-Lefebvrianos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo apoio na realização do trabalho.